

QUEM PAGA AS REVISTAS CIENTÍFICAS?

Os custos de produção e distribuição das revistas científicas não se limitam à impressão e envio das mesmas ou, nesta era da eletrônica e a internet, a montagem de textos em um servidor. Uma grande quantidade de atividades por parte de pessoas qualificadas é requerida, ainda que não seja visível, para tornar realidade a possibilidade de difundir os resultados e as ideias de quem se dedica a labores científicos.

Nos países menores, dezenas e até centenas de homens e mulheres ocupam suas vidas em investigar e ensinar, enquanto que em países maiores são contados por milhares e dezenas de milhares. Mas não somente os cientistas querem publicar, seja motivado por seu natural desejo de dar a conhecer seus avanços, pela ampliação das possibilidades em conseguir fundos de trabalho ou, porque não, pela possibilidade de melhorar seu status profissional e seus ingressos pessoais. Também as instituições onde laboram lhes exigem publicar com certa periodicidade para assim acrescentar seu prestígio e conseguir melhores orçamentos.

Além disso, bem vale o dito que uma investigação não tem sido concluída senão quando seus resultados são publicados. A difusão pública, a um nível mais ou menos especializado, segundo seja o caso, é o que permite que os resultados obtidos e as ideias expressadas sejam validados e discutidos por colegas e outros, dando verdadeira significação ao avanço de conhecimento proposto e logrado. A existência de meios idôneos para tal difusão, as revistas científicas, é então uma necessidade sentida por todos aqueles dedicados à ciência, seja nos laboratórios ou nas burocracias departamentais, institucionais ou governamentais.

A grande maioria das revistas científicas do mundo, que são várias dezenas de milhares, está radicada em instituições ou em associações profissionais que proporcionam os fundos necessários para cobrir seus custos, tanto de local, de pessoal, de produção e de distribuição. São contadas, quando há, aquelas com suficiente prestígio e demanda como para cobrar

pelos subscrições os altíssimos preços necessários para cobrir seu custo. Têm aquelas que sobrevivem graças ao apoio de fundações ou empresas, ou a ingressos por publicidade, o que requer de grande circulação, e há outras que cobram aos autores por página publicada. Também existem, em alguns países, programas governamentais para o fomento das publicações científicas que as subvencionam.

Interciencia tem orgulho em não exigir, durante 36 anos, nenhum pagamento aos autores por submeter seus trabalhos nem por publicá-los. A revista contou nos seus inícios com o apoio de entes governamentais do México e Venezuela, e logo somente deste último país. Desde faz mais de uma década, os fundos provenientes de subvenções de entes oficiais e outros aportes esporádicos de instituições membros da Associação Interciência tornaram-se insuficientes, pelo que se instaurou a política de solicitar contribuições institucionais, agenciadas pelos próprios autores, aos quais, entretanto, não se exige pagamento algum. Nos dois últimos anos, lamentavelmente, as mencionadas subvenções e o respectivo programa desapareceram. A revista tem podido sobreviver, a duras penas, graças às contribuições institucionais que recebe, as quais somente são solicitadas depois de que o trabalho tenha sido aceito para sua publicação.

Tais contribuições têm fundamentos. Se os autores têm interesse em publicar e isto os beneficia, tem então a obrigação moral de ajudar a que suas respectivas instituições ou seus fundos de investigação aportem contribuições para a manutenção da revista. Por sua vez, as instituições que requerem que seus membros publiquem e que também se beneficiam disto, deveriam sentir a obrigação de contribuir para a sobrevivência das revistas.

Ainda que exista a lamentável situação de autores e instituições que não respondem positivamente às solicitações de apoio, aqueles que o fazem, têm possibilitado a sobrevivência de *Interciencia* até o dia de hoje, o qual agradecemos profundamente.

Miguel Laufer
Diretor